

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BRQ Soluções em Informática S.A. (“BRQ” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sua sede e foro na Av. Copacabana, nº 238, conj. 2.003, Empresarial 18 do Forte, na cidade de Barueri - SP, com filiais nas seguintes localidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Brasília, Salvador, Recife, Natal, Nova York e Chile. A Companhia tem como principais atividades:

(i) *Desenvolvimento de aplicações e integrações:*

- Prestação de serviços na área de informática;
- Elaboração de programas de computador; e
- Análise e desenvolvimento de sistemas.

(ii) *Outros segmentos:*

- Venda de software;
- BPO - Terceirização de processos com apoio de recursos computacionais;
- Atividades relacionadas à segurança em informática;
- Treinamento;
- Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de dados; e
- Assessoria e consultoria em informática.

A Companhia pode atuar no país ou no exterior, diretamente, através de subsidiárias, ou por intermédio de participação no capital de outras sociedades.

2 Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é assim resumida:

Razão social	% de Participação	
	2015	2014
BRQ IT Services, Inc. (i)	100%	100%
Thinkinternational LLC (Investimento indireto)	80%	80%
BRQ IT Services de Chile SpA. (ii)	100%	-

- (i) BRQ IT Services, Inc. - Em abril de 2008, a Companhia constituiu a BRQ IT Services Inc., localizada nos Estados Unidos, pelo montante de US\$ 150.000 (veja Nota explicativa nº 11).
- (ii) BRQ IT Services de Chile SpA. - Em abril de 2015, a Companhia constituiu a BRQ IT Services de Chile SpA., localizada em Santiago do Chile, pelo montante de CLP 10.000.000,00 (veja Nota explicativa nº 11).

As controladas BRQ IT Services Inc. e BRQ IT Services de Chile SpA serão doravante mencionadas nas notas explicativas abaixo apenas como “Controladas”, e conjuntamente com a controladora como “Grupo”.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas IFRS e as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de março de 2016.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na Nota explicativa nº 4.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras de cada entidade do Grupo são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (“moeda funcional”). Para fins de apresentação, estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da controladora. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das controladas, com moeda funcional distinta da controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média, os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica, ou seja, pela taxa da data da transação.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) ***Julgamentos***

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 15** - financiamentos por arrendamento mercantil.

(ii) ***Incertezas sobre premissas e estimativas***

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício seguinte estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 6** - provisão para créditos de liquidação duvidosa
- **Nota explicativa 9 (b)** - impostos diferidos;
- **Nota explicativa 13** - intangível; e
- **Nota explicativa 19** - provisão para contingências.

(iii) ***Mensuração do valor justo***

O Grupo mensura instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais estão incluídas na Nota explicativa 26 - Instrumentos financeiros.

d. **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

4 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

(ii) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Classificação circulante versus não circulante

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; for mantido principalmente para negociação; se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes, incluindo os ativos fiscais diferidos.

Um passivo é classificado no circulante quando: se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; for mantido principalmente para negociação; se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

c. Receita operacional

O Grupo reconhece uma parcela da receita com a prestação de serviços de desenvolvimento de aplicações e integrações com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no método de proporção entre os custos incorridos até a data e os custos totais estimados da transação. As demais receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possam ser mensuradas de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

d. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras incluem, principalmente, as receitas sobre aplicações financeiras, conforme detalhado na Nota explicativa nº 25.

As despesas financeiras incluem, basicamente, as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e despesas bancárias, conforme detalhado na Nota explicativa nº 25.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. Variações monetárias e cambiais são apresentadas em bases líquidas.

e. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

f. Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

h. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

i. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

j. Ativo imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão descritas na Nota explicativa nº 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

k. Ativo intangível

(i) *Ágio*

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável

(ii) *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(iii) *Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados (veja a Nota explicativa nº 13). A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

1. Instrumentos financeiros

O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Os ativos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado estão representados por aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa).

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão representados por depósitos vinculados.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Os empréstimos e recebíveis estão representados por contas a receber de clientes e de partes relacionadas e outros ativos circulantes.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial.

Os ativos financeiros disponíveis para venda estão representados pelo investimento de 8,16% na XACT Tecnologia, adquirida pela Companhia em fevereiro de 2014, com o objetivo de usar a inteligência desta empresa para fortalecer sua oferta de Service Desk. A Companhia não possui influência significativa na gestão da referida empresa e, portanto, este investimento é classificado como um instrumento financeiro. Em 31 de dezembro de 2015, o valor justo do referido instrumento é muito próximo do seu valor contábil.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos - mensuração*

Um passivo financeiro não derivativo é mensurado inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esse passivo financeiro é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

Os passivos financeiros não derivativos estão representados por fornecedores, empréstimos e financiamentos, financiamentos por arrendamento mercantil, dividendos mínimos obrigatórios a pagar, participação nos resultados - PPR e outras obrigações a pagar.

m. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

n. Arrendamentos

Arrendamentos de ativo imobilizado e ativo intangível que transferem para o Grupo substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

o. Demonstrações de valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas.

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(i) IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

(ii) IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)

Investment Entities: Consolidation Exception (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28)

Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa	5	10	5	11
Bancos conta movimento	5.906	3.943	10.856	3.943
Aplicações financeiras de curto prazo	13.200	21.378	13.200	24.268
	<u>19.111</u>	<u>25.331</u>	<u>24.061</u>	<u>28.222</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e depósitos bancários à vista, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização. A Companhia não possui quaisquer saldos de caixa e equivalente de caixa que não estejam disponíveis para uso.

As aplicações financeiras são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez (inferior a 90 dias), baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) a percentuais que variam de 100,2% a 100,5%. As aplicações automáticas de conta corrente são remuneradas ao percentual de 55% da variação do CDI.

A Companhia não possui ativos financeiros desreconhecidos e operações com derivativos.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de liquidez e de mercado estão incluídas na Nota explicativa nº 26.

6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Duplicatas a receber	27.255	32.273	29.701	33.501
Valores a faturar (i)	40.587	51.574	40.587	51.574
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (ii)	(515)	(410)	(515)	(410)
	<u>67.327</u>	<u>83.437</u>	<u>69.773</u>	<u>84.665</u>

- (i) O valor referente a "Valores a faturar" corresponde a serviços que já haviam sido prestados até 31 de dezembro de 2015 e 2014, mas que ainda não haviam sido faturados no encerramento dos respectivos exercícios.
- (ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na avaliação de risco de crédito efetuada pela Companhia, contemplando histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, e as respectivas garantias reais recebidas. A Companhia não possui histórico recente de perda, exceto pelos valores provisionados. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito estão detalhadas na Nota explicativa nº 26.

Abaixo, apresentamos a movimentação da provisão:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Saldo inicial	(410)	(432)
Constituição	(105)	-
Reversão	-	22
Saldo final	<u>(515)</u>	<u>(410)</u>

Os saldos de duplicatas a receber em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão segregados de acordo com as seguintes faixas de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
A vencer	22.978	26.219	25.424	27.447
Vencidos até 30 dias	2.658	5.025	2.658	5.025
Vencidos de 31 a 180 dias	14	499	14	499
Vencidos há mais de 180 dias	1.605	530	1.605	530
	<u>27.255</u>	<u>32.273</u>	<u>29.701</u>	<u>33.501</u>

7 Estoques de serviços em andamento

Os saldos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 referem-se a gastos iniciais com aquisição de serviços de suporte técnico da IBM, destinados à revenda. Estes gastos são incorridos a medida em que são firmados os contratos de venda dos referidos serviços e, portanto, não há risco deste ativo não se realizar. Com base nos contratos vigentes, uma parcela deste estoque se realizará nos 12 meses após o encerramento dos referidos exercícios (R\$ 3.634 e R\$ 798 em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente), e o saldo remanescente (R\$ 3.471 em 31 de dezembro de 2015) após os 12 meses, classificado como ativo não circulante.

8 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Vale transporte (i)	339	252	339	252
Vale refeição e alimentação (i)	2.180	2.347	2.180	2.347
Assistência médica e odontológica (i)	10	108	10	108
Seguros a apropriar	284	272	284	272
Adiantamento a fornecedores	182	244	182	244
Adiantamentos de férias	852	863	852	863
Outras despesas a apropriar	413	255	413	379
	<u>4.260</u>	<u>4.341</u>	<u>4.260</u>	<u>4.465</u>

- (i) Referem-se a despesas antecipadas pagas no mês corrente, mas de competência do mês subsequente ao período apresentado.

9 Impostos a recuperar e diferidos

a. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
IR e CS retidos na fonte a compensar (i)	14.084	11.225	14.084	11.225
INSS a compensar	1.956	543	1.956	543
PIS e Cofins a compensar	1.367	1.346	1.367	1.346
Outros impostos a compensar	466	396	466	396
	<u>17.873</u>	<u>13.510</u>	<u>17.873</u>	<u>13.510</u>

- (i) Refere-se às retenções de tributos sobre aplicações financeiras e serviços prestados a terceiros, que serão compensados com futuros débitos fiscais de mesma natureza.

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Provisão de Participação nos Resultados - PPR	-	51	-	51
Provisão trabalhista	225	128	225	128
Depreciação fiscal	1.506	1.395	1.506	1.395
Provisão para devedores duvidosos	175	139	175	139
Provisão para pagamentos	285	2.639	285	2.639
Provisão para perda ao valor recuperável	605	605	605	605
Outras provisões	520	510	520	510
	<u>3.316</u>	<u>5.467</u>	<u>3.316</u>	<u>5.467</u>

10 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e suas controladas e profissionais-chaves da Administração.

As transações com partes relacionadas estão representadas como segue:

a. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
BRQ IT Services de Chile SpA.	229	-	-	-
Think Internacional	51	37	-	-
BNDES	88	89	88	89
	<u>368</u>	<u>126</u>	<u>88</u>	<u>89</u>

O saldo de contas a receber das controladas BRQ IT Services de Chile SpA. e Think International refere-se à prestação de serviços efetuados pela Companhia para essas controladas e possui prazo médio de recebimento de 30 dias. O saldo é denominado em dólares norte-americanos e está sujeito à variação cambial.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES é controlador da BNDESPAR Participações S.A, que detém 23% de participação na Companhia. O saldo a receber do BNDES refere-se à prestação de serviços de informática.

b. Empréstimos

O empréstimo a pagar com partes relacionadas é o seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	Taxa efetiva	Vencimento	2015	2014
BNDES	TJLP +1,5% a.a.	Ago-2019	6.600	4.675
Parcela registrada no circulante			1.828	779
Parcela registrada no não circulante			4.772	3.896

O empréstimo da Companhia possui vencimento conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Valor contábil		Valor nominal	
	2015	2014	2015	2014
Até um ano	1.828	779	2.234	732
Acima de um ano e até dois anos	1.794	1.163	2.131	1.453
Acima de dois anos e até cinco anos	2.978	2.733	3.313	3.540
	6.600	4.675	7.678	5.725

A mutação do empréstimo da Companhia é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Saldo inicial	4.675	2.519
Ingressos	2.500	2.151
Encargos	469	165
Amortizações e pagamentos de juros	<u>(1.044)</u>	<u>(160)</u>
Saldo final	6.600	4.675

O empréstimo obtido junto ao BNDES é destinado a investimentos em infraestrutura, equipamentos nacionais, pesquisa e desenvolvimento, treinamento e qualidade, marketing e comercialização e em sistemas administrativos e gerenciais no âmbito do Programa Prosoft, e não possui cláusulas restritivas (“Covenants”).

Em 17 de julho de 2015, foi firmado um novo contrato entre a Companhia e o BNDES relativo à aprovação de um crédito no valor de R\$ 18.790, destinados a investimentos no âmbito do Programa Prosoft. Em 11 de dezembro de 2015 a Companhia contratou Carta Fiança junto ao Banco Bradesco, necessária à liberação da primeira parcela do referido recurso. Esta fiança possui um custo de 2,5% ao ano referente à taxa de comissão, e requer da Companhia uma garantia real de 30% do valor do crédito, através de aplicação financeira em papéis de operações compromissadas lastreadas em debêntures. Em 31 de dezembro de 2015 este depósito vinculado totaliza R\$ 5.772, com vencimento em 24 de setembro de 2018.

c. Outras informações

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a receita com prestação de serviços para essas partes relacionadas foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
Receita de serviços	2015	2014	2015	2014
BRQ IT Services de Chile SpA.	229	-	-	-
Think Internacional	381	533	-	-
BNDES	2.943	3.691	2.943	3.691
	<u>3.553</u>	<u>4.224</u>	<u>2.943</u>	<u>3.691</u>

d. Honorários da Administração

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração estão apresentados abaixo:

	2015	2014
Remuneração do pessoal chave da Administração	2.651	2.516

11 Investimentos

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia:

a. Detalhes sobre controladas

Nome da Controlada	Investimento da Companhia	Investimento Indireto	Investimento da Companhia	Atividades investidas	Constituição e operação
BRQ IT Services, Inc.	100%	Think International, LLC	80%	Soluções em informática	Estados Unidos
BRQ IT Services de Chile SpA.	100%	-	-	Soluções em informática	Chile

a. Informações das controladas

Controladas	Patrimônio Líquido		Resultado do exercício		Total do Investimento		Equivalência patrimonial	
	Controladores	Não controladores	Controladores	Não controladores	2015	2014	2015	2014
BRQ IT Services, Inc.	10.155	512	186	109	10.155	6.604	186	(4)
BRQ IT Services de Chile SpA	106	-	20	-	106	-	20	-
					<u>10.261</u>	<u>6.604</u>	<u>206</u>	<u>(4)</u>

b. Informações das controladas

	BRQ IT Services, Inc.	BRQ IT Services de Chile SpA	Total
Investimentos em 31/12/2014	6.604	-	6.604
Subscrição de capital	-	53	53
Aumento de capital	-	30	30
Resultado de equivalência patrimonial	186	20	206
Variação cambial sobre investimento no exterior	<u>3.365</u>	<u>3</u>	<u>3.368</u>
Investimentos em 31/12/2015	<u>10.155</u>	<u>106</u>	<u>10.261</u>

12 Imobilizado

	Controladora							
	Móveis e utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos telefônicos	Equipamentos de informática	Instalações	Veículos	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Total
Em 01 de janeiro de 2014								
Saldo inicial	5.252	36	998	5.076	1.440	2.053	3.684	18.539
Aquisições	552	41	16	230	159	-	764	1.762
Baixas do custo	(370)	-	(44)	(411)	-	-	-	(825)
Baixas da depreciação	108	-	9	308	-	-	-	425
Transferência	-	-	-	(58)	-	-	-	(58)
Depreciação / amortização	(598)	(2)	(127)	(2.732)	(192)	(473)	(889)	(5.013)
Saldo contábil, líquido	4.944	75	852	2.413	1.407	1.580	3.559	14.830
Em 31 de dezembro de 2014								
Custo	7.219	94	1.383	17.092	2.494	2.461	5.844	36.587
Depreciação acumulada	(2.275)	(19)	(531)	(14.679)	(1.087)	(881)	(2.285)	(21.757)
Saldo contábil, líquido	4.944	75	852	2.413	1.407	1.580	3.559	14.830
Em 01 de janeiro de 2015								
Saldo inicial	4.944	75	852	2.413	1.407	1.580	3.559	14.830
Aquisições	50	29	13	2.569	49	201	190	3.101
Baixas do custo	-	-	-	(141)	-	(317)	-	(458)
Baixas da depreciação	-	-	-	142	-	126	-	268
Transferência	-	-	-	(1.789)	-	-	-	(1.789)
Depreciação / amortização	(598)	(7)	(129)	(2.017)	(197)	(416)	(927)	(4.291)
Saldo contábil, líquido	4.396	97	736	1.177	1.259	1.174	2.822	11.661
Em 31 de dezembro de 2015								
Custo	7.269	123	1.396	17.731	2.543	2.345	6.034	37.441
Depreciação acumulada	(2.873)	(26)	(660)	(16.554)	(1.284)	(1.171)	(3.212)	(25.780)
Saldo contábil, líquido	4.396	97	736	1.177	1.259	1.174	2.822	11.661
Vida útil estimada (anos)	12	25	10	3	20	5	5	

	Consolidado							
	Móveis e utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos telefônicos	Equipamentos informática	Instalações	Veículos	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Total
Em 01 de janeiro de 2014								
Saldo inicial	5.252	36	998	5.076	1.440	2.053	3.684	18.539
Aquisições	552	41	16	230	159	-	764	1.762
Baixas do custo	(370)	-	(44)	(411)	-	-	-	(825)
Baixas da depreciação	108	-	9	308	-	-	-	425
Transferência	-	-	-	(58)	-	-	-	(58)
Depreciação / amortização	(598)	(2)	(127)	(2.732)	(192)	(473)	(889)	(5.013)
Saldo contábil, líquido	4.944	75	852	2.413	1.407	1.580	3.559	14.830
Em 31 de dezembro de 2014								
Custo	7.219	94	1.383	17.192	2.494	2.461	5.844	36.687
Depreciação acumulada	(2.275)	(19)	(531)	(14.779)	(1.087)	(881)	(2.285)	(21.857)
Saldo contábil, líquido	4.944	75	852	2.413	1.407	1.580	3.559	14.830
Em 01 de janeiro de 2015								
Saldo inicial	4.944	75	852	2.413	1.407	1.580	3.559	14.830
Aquisições	50	29	13	2.569	49	201	190	3.101
Baixas do custo	-	-	-	(141)	-	(317)	-	(458)
Baixas da depreciação	-	-	-	142	-	126	-	268
Transferência	-	-	-	(1.789)	-	-	-	(1.789)
Depreciação / amortização	(598)	(7)	(129)	(2.017)	(197)	(416)	(927)	(4.291)
Saldo contábil, líquido	4.396	97	736	1.177	1.259	1.174	2.822	11.661
Em 31 de dezembro de 2015								
Custo	7.269	123	1.396	17.831	2.543	2.345	6.034	37.541
Depreciação acumulada	(2.873)	(26)	(660)	(16.654)	(1.284)	(1.171)	(3.212)	(25.880)
Saldo contábil, líquido	4.396	97	736	1.177	1.259	1.174	2.822	11.661
Vida útil estimada (anos)	12	25	10	3	20	5	5	

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não identificou perda por redução ao valor recuperável e ativos em estado ocioso. A Companhia também não possui ativos com titularidade restrita ou oferecidos como garantia de obrigações.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui 8.959 itens (6.283 em 31 de dezembro de 2014) adquiridos pelo valor total de R\$ 13.529 (R\$ 8.541 em 31 de dezembro de 2014) que tiveram o seu valor totalmente depreciado, porém permanecem ainda em operação.

Existem ativos líquidos de depreciação no montante de R\$ 1.896 (R\$ 3.206 em 31 de dezembro de 2014) obtidos mediante contratos de arrendamentos mercantis, com cláusulas de opção de compra no final do período, que em média é de 3 anos (vide Nota explicativa nº 15).

13 Intangível

	Controladora		
	Software	Marcas e patentes	Total
Em 01 de janeiro de 2014			
Saldo inicial	1.455	2	1.457
Adição	983	-	983
Transferências	58	-	58
Amortização	(1.073)	-	(1.073)
Saldo contábil, líquido	1.423	2	1.425
Em 31 de dezembro de 2014			
Custo	4.448	2	4.450
Amortização acumulada	(3.025)	-	(3.025)
Saldo contábil, líquido	1.423	2	1.425
Em 01 de janeiro de 2015			
Saldo inicial	1.423	2	1.425
Adição	2.414	-	2.414
Transferências	1.789	-	1.789
Amortização	(1.362)	-	(1.362)
Saldo contábil, líquido	4.264	2	4.266
Em 31 de dezembro de 2015			
Custo	8.651	2	8.653
Amortização acumulada	(4.387)	-	(4.387)
Saldo contábil, líquido	4.264	2	4.266
Taxas anuais de amortização (%)	33,3	-	-

	Consolidado				
	Software	Marcas e patentes	Ágio (*)	Outros	Total
Em 01 de janeiro de 2014					
Saldo inicial	1.455	2	3.744	78	5.279
Adição	983	-	-	9	992
Transferências	58	-	-	-	58
Variação cambial	-	-	(527)	(3)	(530)
Amortização	(1.073)	-	-	(28)	(1.101)
Saldo contábil, líquido	<u>1.423</u>	<u>2</u>	<u>3.217</u>	<u>56</u>	<u>4.698</u>
Em 31 de dezembro de 2014					
Custo	4.448	2	2.852	73	7.375
Variação cambial acumulada	-	-	1.056	(5)	1.051
Provisão para impairment	-	-	(691)	-	(691)
Amortização acumulada	(3.025)	-	-	(12)	(3.037)
Saldo contábil, líquido	<u>1.423</u>	<u>2</u>	<u>3.217</u>	<u>56</u>	<u>4.698</u>
Em 01 de janeiro de 2015					
Saldo inicial	1.423	2	3.217	56	4.698
Adição	2.414	-	-	-	2.414
Transferências	1.789	-	-	-	1.789
Variação cambial	-	-	1.513	26	1.539
Amortização	(1.362)	-	-	(10)	(1.372)
Saldo contábil, líquido	<u>4.264</u>	<u>2</u>	<u>4.730</u>	<u>72</u>	<u>9.068</u>
Em 31 de dezembro de 2015					
Custo	8.651	2	2.852	73	11.578
Variação cambial acumulada	-	-	2.569	21	2.590
Provisão para impairment	-	-	(691)	-	(691)
Amortização acumulada	(4.387)	-	-	(22)	(4.409)
Saldo contábil, líquido	<u>4.264</u>	<u>2</u>	<u>4.730</u>	<u>72</u>	<u>9.068</u>
Taxas anuais de amortização (%)	33,3	-	-	13,3	-

(*) Refere-se ao ágio pago pela aquisição de 80% da ThinkInternational, LLC pela BRQ IT Services, Inc., no valor total de US\$ 2.400.000.

Existem intangíveis líquidos de amortização no montante de R\$ 1.492 obtidos mediante contratos de arrendamentos mercantis, com cláusulas de opção de compra no final do período, que em média é de 3 anos (vide Nota explicativa nº 15).

14 Empréstimos e financiamentos

Controladora e Consolidado				
	Taxa efetiva	2015	2014	Garantia
Itaú	CDI + 4,5% a.a.	2.397	10.367	Contratos com a Petrobras
HSBC	CDI + 12% a.a.	-	1.250	Contratos com o HSBC
Santander	CDI + 13,6% a.a.	-	188	Contratos com a Petrobras
Bradesco	CDI + 16% a.a.	-	691	
		<u>2.397</u>	<u>12.496</u>	

O empréstimo da Companhia possui vencimento conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado				
	Valor contábil		Valor nominal	
	2015	2014	2015	2014
Até um ano	2.397	12.496	2.505	19.096

A mutação do empréstimo da Companhia é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo inicial	12.496	19.146	12.496	19.781
Ingressos	-	12.831	-	12.831
Encargos	2.482	2.617	2.482	1.982
Amortizações e pagamentos de juros	<u>(12.581)</u>	<u>(22.098)</u>	<u>(12.581)</u>	<u>(22.098)</u>
Saldo final	<u>2.397</u>	<u>12.496</u>	<u>2.397</u>	<u>12.496</u>

O empréstimo obtido junto ao Banco Itaú está vinculado ao incentivo do PROGREDIR. Está apresentada na Nota explicativa nº 26 uma análise de sensibilidade desse saldo à variação do CDI, considerando os cenários provável, possível e remoto.

A Companhia não possui contratos de empréstimos com cláusulas restritivas (“Covenants”).

15 Financiamentos por arrendamento mercantil

Controladora e Consolidado				
	Taxa efetiva	2015	2014	Itens
Leasing - Santander	1,03% a 2,58% a.m.	613	951	Móveis, utensílios e equip. informática
Leasing - Bradesco Leasing S.A.	1,44% a.m.	392	1.156	Veículos
Leasing - HSBC	0,97% a.m.	163	260	Equipamentos de informática
Leasing - Banco IBM	0,97% a.m.	1.738	-	Software
Leasing - HP Financial	1,61% a.m.	-	42	Equipamentos de informática
		<u>2.906</u>	<u>2.409</u>	
Circulante		2.062	1.912	
Não circulante		844	497	

Os financiamentos por arrendamento mercantil possuem vencimentos conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado				
	Valor contábil		Valor nominal	
	2015	2014	2015	2014
Até um ano	2.062	1.912	2.465	2.289
Acima de um ano e até dois anos	773	497	839	981
Acima de dois anos e até cinco anos	71	-	90	-
	<u>2.906</u>	<u>2.409</u>	<u>3.394</u>	<u>3.270</u>

A mutação dos financiamentos da Companhia é a seguinte:

Controladora e Consolidado		
	2015	2014
Saldo inicial	2.409	5.012
Ingressos	2.658	-
Encargos	681	465
Amortizações e pagamentos de juros	<u>(2.842)</u>	<u>(3.068)</u>
Saldo final	<u>2.906</u>	<u>2.409</u>

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui ativos num montante de R\$ 3.388 (líquidos de depreciação e amortização) obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de três anos, com cláusulas de opção de compra ao final do período. Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado e intangível da Companhia (valor residual no encerramento do período):

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Equipamentos de informática	765	1.626
Veículos	1.131	1.580
Software	1.492	-
	<u>3.388</u>	<u>3.206</u>

16 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
IRRF a recolher	3.756	3.659	3.756	3.659
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta	1.672	797	1.672	797
ISS a recolher	929	1.163	929	1.163
IOF a recolher	780	780	780	780
Outros impostos e contribuições a recolher	88	139	88	139
	<u>7.225</u>	<u>6.538</u>	<u>7.225</u>	<u>6.538</u>

17 Despesa com imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2015	2014
Lucro antes da apuração do Imposto de renda e da contribuição social (lucro real)	8.496	1.847
Alíquota fiscal combinada (nota 4g)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	2.889	628
Benefício fiscal - Lei do Bem	(875)	-
Adições permanentes	140	346
Adicional de 10% de imposto de renda (nota 4g)	(24)	(24)
Imposto de renda e contribuição social a alíquota efetiva	2.130	950
Corrente	844	3.504
Diferido	2.161	(2.554)
Benefício fiscal - Lei do Bem	(875)	-
Imposto de renda e contribuição social como apresentados no resultado do exercício	2.130	950
Alíquota efetiva	25,1%	51,4%

A controlada direta BRQ IT Services Inc. e a controlada indireta ThinkInternational LLC, Inc. estão sediadas nos Estados Unidos e sujeitas a tributação local. A Think International LLC não paga impostos sobre a renda; tal responsabilidade é passada para a BRQ IT Services Inc., que está sujeita a tributação do município de Nova York. A controlada direta BRQ IT Services de Chile SpA. está sediada no Chile e sujeita a tributação local.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia obteve o deferimento do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI) para adicionar na sua base de cálculo do IRPJ e CSLL despesas incorridas em 2013 e 2014 com pesquisa e desenvolvimento, respaldada no que prevê a Lei 11.196 de 2005, conhecida também como “Lei do Bem” que instituiu o programa de Incentivo a Pesquisa e ao Desenvolvimento de Inovação Tecnológica.

Para ter direito ao benefício, as empresas optantes devem enviar ao MCTI o formulário de requisição até o último dia útil do mês de julho do ano subsequente ao dos dispêndios. Devido à incertezas quanto ao montante a ser aprovado, a Companhia realiza o reconhecimento deste benefício apenas após a obtenção da aprovação formal do referido Ministério.

18 Programa de Participação nos Resultados - PPR

A participação nos resultados está prevista em acordo coletivo firmado entre a BRQ e o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Serviços Públicos e Privados de Informática e Internet e Similares nos estados onde a Companhia possui filial. A participação nos resultados depende do atingimento de metas individuais e globais da Companhia. O saldo do Programa de Participação nos Resultados - PPR apresentado em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 4.692 (R\$ 5.434 em 31 de dezembro de 2014), refere-se ao período entre 1º de julho a 31 de dezembro 2015 e será liquidado em 1º de abril de 2016.

19 Provisão para contingências

A Companhia é ré em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões trabalhistas e tributárias.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Trabalhistas	663	61
	<u>663</u>	<u>61</u>

Abaixo, apresentamos a movimentação da provisão:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Saldos no início do período	61	244
Constituição	602	-
Reversão de provisão	-	(183)
Saldos no final do período	<u>663</u>	<u>61</u>

Adicionalmente, a Companhia é parte em ações tributárias e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda, para os quais não foram constituídas quaisquer provisões para cobrir eventuais riscos. Os valores envolvidos nessas ações são os seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Tributárias	97.064	54.619
Trabalhistas	4.736	3.758
	<u>101.800</u>	<u>58.377</u>

Em 28 de setembro de 2007, a Companhia recebeu autos de infração da Secretaria de Receita Federal do Brasil em face do suposto recolhimento a menor de Pis e Cofins em determinados meses de 2001 a 2005. A avaliação da Administração, com base em opinião de seus assessores jurídicos é de perda possível por parte da Companhia, sendo que o montante envolvido é de R\$ 3.680 (R\$ 6.051 em 2014).

Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia recebeu autos de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil em face do suposto recolhimento a menor de INSS sobre o PPR (programa de participação nos resultados) referente ao ano de 2011. A avaliação da Administração, com base em opinião de seus assessores jurídicos é de perda possível por parte da Companhia, e o montante envolvido é de R\$ 50.719 (R\$ 48.387 em 2014).

Em 28 de agosto de 2015, a Companhia recebeu autos de infração da Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro em face do suposto não recolhimento do ISS. A avaliação da Administração, com base em opinião de seus assessores jurídicos é de perda possível por parte da Companhia, e o montante envolvido é de R\$ 41.557.

20 Receitas diferidas

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Comissões antecipadas (i)	1.388	1.838
Faturamento antecipado (ii)	9.505	11.634
	<u>10.893</u>	<u>13.472</u>
Circulante	9.955	12.084
Não circulante	938	1.388

- (i) Em fevereiro de 2014, a Companhia recebeu o valor de R\$ 2.213 como comissão decorrente do contrato de fidelização de operações bancárias com os funcionários pertencentes à sua folha de pagamento, pelo período de 5 (cinco) anos; mensalmente são registrados no resultado a parcela referente 1/60 do montante total.
- (ii) O montante registrado em “Faturamento antecipado” refere-se a valores já faturados, cujos serviços não foram prestados até o encerramento do exercício; à medida que os serviços são entregues, a Companhia reconhece esses valores como receita no resultado, diminuindo, consequentemente, os valores registrados nesta rubrica.

21 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito, no montante de R\$ 54.456, está representado pelas seguintes quantidades de ações, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional:

(a) Em 31 de dezembro 2015

Acionistas	Ações nominativas	% Participação
Netstrategy Participações Ltda.	94.999.905	73,09%
Benjamin Ribeiro Quadros	4.999.995	3,85%
BNDESPAR Participações S.A.	29.870.100	22,98%
Aquisição por funcionários	126.569	0,08%
Total	129.996.569	100,00%

Em 29 de abril de 2015, a totalidade de ações preferenciais da Companhia foram convertidas em ações ordinárias.

Cada ação ordinária isoladamente, dá direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

(b) Em 31 de dezembro de 2014

Acionistas	Ações nominativas	Ações preferenciais	Total de ações	% Participação
Netstrategy Participações Ltda.	94.999.905	-	94.999.905	73,09%
Benjamin Ribeiro Quadros	4.999.995	-	4.999.995	3,85%
BNDESPAR Participações S.A.	-	29.870.100	29.870.100	22,98%
Aquisição por funcionários	-	104.347	104.347	0,08%
Total	99.999.900	29.974.447	129.974.347	100,00%

Cada ação ordinária e cada ação preferencial, isoladamente, dão direito a voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

A sócia BNDESPAR Participações S.A. (“BNDESPAR”) possui 22,98% de participação no capital da BRQ, por meio de 29.870.100 ações preferenciais resgatáveis, conversíveis em ações ordinárias registradas no patrimônio líquido. Conforme previsto no acordo celebrado entre os acionistas controladores da Companhia e a BNDESPAR, o resgate dessas ações preferenciais ou sua conversão em ações ordinárias dependia da realização ou não de eventos futuros que não estavam exclusivamente sob o domínio dos acionistas controladores da Companhia. Nessas condições, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros - Apresentação, parte dessas ações preferenciais resgatáveis em poder da BNDESPAR representavam um passivo financeiro da Companhia e deveriam ser registradas no grupo do passivo não circulante, pelo seu valor justo, ao invés de classificadas como capital social, no patrimônio líquido.

Em 29 de maio de 2013 foi celebrado o primeiro termo de aditamento do acordo de acionistas entre BNDESPAR e a acionista controladora da Companhia, alterando, entre outros itens, a cláusula referente ao resgate das ações da BNDESPAR pela Companhia de modo a adequar este instrumento às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 39), com isso eliminando qualquer possibilidade de que tais ações preferenciais sejam considerados um passivo financeiro, permanecendo classificadas exclusivamente como Capital Social dentro do Patrimônio Líquido.

Reservas

Reserva legal

Foi constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

Em 11 de novembro de 2015 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a destinação do valor de R\$ 5.333, classificado como Reserva de Lucros, para distribuição de dividendos aos acionistas na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia. Este montante refere-se à totalidade do saldo do Fundo de Resgate, constituído a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, para fazer frente a uma eventual decisão da Companhia por exercer o seu direito de resgate das ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia destinou R\$ 4.536 (R\$ 383 em 31 de dezembro de 2014) para formação de reserva de lucros para investimentos, a qual foi constituída de acordo com o art. 196 da Lei nº 11.638/07, para atender a necessidades de recursos adicionais para fazer frente ao plano de investimentos proposto.

Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido, calculado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2015, a Administração deliberou sobre a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 1.512, ainda não liquidados.

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	6.366	897
Constituição da reserva legal	(318)	(45)
Base de cálculo para distribuição de dividendos	<u>6.048</u>	<u>852</u>
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	1.512	214
Retenção para o Fundo de resgate de ações	-	255
Reserva para investimentos futuros	4.536	383

Ajustes acumulados de conversão

Desde 1º de janeiro de 2009, data da aplicação pela Companhia do pronunciamento CPC 02 - Efeito das Mudanças na Taxa de Câmbio e da Conversão das Demonstrações Financeiras, a variação cambial sobre investimentos em controladas no exterior têm sido reconhecida em ajustes acumulados de conversão.

Plano de opção de compra de ações

O plano de opções consiste no direito de compra de certa quantidade de ações da Companhia, cedido ao funcionário beneficiário do programa, a um determinado preço de exercício por ação - ou preço de compra da ação - que deve ser exercido em um período, ou prazo de exercício.

Na data do exercício do direito, as ações alienadas ao beneficiário do plano primário devem ser objeto de uma nova subscrição ou devem estar em tesouraria. No plano, os demais acionistas da Companhia não têm direito de subscrição sobre as ações destinadas aos planos de opções.

O beneficiário do plano pode exercer o direito de compra das ações disponibilizadas a partir de uma das datas de maturação (*vesting date*) do Plano.

No dia 02 de setembro de 2011 foi registrado em Ata de Assembléia Geral Extraordinária ("AGE") a deliberação que aprovou o "Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe B". Em ata de AGE realizada em 13 de julho de 2012 foi deliberada a aprovação de alteração de quantidade de ações Preferenciais classe B para a execução do plano de opções, que passaram a corresponder a 8% do Capital Social da Companhia.

Quando o Plano de Opções de Compra de Ações foi aprovado em 2011, foram outorgadas 2.086.951 opções de compra de ações a executivos da Companhia. Posteriormente foram concedidas mais 2.086.955 opções em 3 de setembro de 2012, 1.655.000 opções em 2 de setembro de 2013 e 1.840.000 opções em 1 de setembro de 2014, totalizando 7.668.906 opções de compra de ações. Detalhes do Plano:

Data de Outorga	Qtde. de ações outorgadas	Preço de exercício	Correção do preço	Periodo de maturação	Prazo de expiração
02/09/2011	2.391.298	0,36	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
03/09/2012	2.565.216	0,38	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos (contados a partir de 02/09/2011)	8 anos (contados a partir de 02/09/2011)
02/09/2013	2.030.000	0,41	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
01/09/2014	<u>1.840.000</u>	0,42	IPCA	30% após 2 anos 30% após 3 anos 40% após 4 anos	8 anos
Total	8.826.514	-			

As ações exercidas podem ser vendidas a terceiros se estas passarem a ser negociadas em bolsa. Antes disso, o participante poderá vender suas ações para a Companhia pelo seu valor patrimonial, apurado no último exercício e corrigido pelo IPCA. O participante possui direito de venda conjunta (tag along) proporcional a participação societária detida e tem dever de venda conjunta (drag along) - neste caso a Companhia pode exigir a venda da posição detida pelo participante.

O valor justo do Plano foi estimado com base no modelo de Merton de valorização de opções, utilizando-se das seguintes premissas:

Plano	Volatilidade Anual	Taxa livre de risco (*)
Outorga 2011	32,43%	5,22%
Outorga 2012	31,27%	3,84%
Outorga 2013	29,20%	5,70%
Outorga 2014	26,57%	5,40%

(*) Baseado no cupom de IPCA

Da data de aprovação Plano até 31 de dezembro de 2015 foram exercidas 126.569 opções, no valor total de R\$ 54.

Os custos de remuneração provenientes do Plano tem como contrapartida o registro no patrimônio líquido em reserva de capital - reserva de opções outorgadas reconhecidas. O custo de remuneração corresponde ao valor justo do “Plano”, calculado na data da outorga, registrado durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Os custos de remuneração do Plano a serem reconhecidos pelo prazo remanescente (período de prestação de serviços a ocorrer), com base nas premissas utilizadas, totalizam aproximadamente R\$ 295.

22 Receitas líquidas de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receita bruta de vendas e serviços prestados	447.037	450.954	462.740	461.271
Impostos sobre vendas	(36.377)	(35.441)	(36.377)	(35.441)
Receita líquida	<u>410.660</u>	<u>415.513</u>	<u>426.363</u>	<u>425.830</u>

23 Custo das vendas e dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Com pessoal	(323.594)	(312.393)	(335.323)	(319.968)
Com terceiros	(11.709)	(23.565)	(11.709)	(23.825)
Com licenças e serviços de suporte técnico	(5.171)	(4.312)	(5.171)	(4.312)
Com importação	(4.737)	(3.747)	(4.737)	(3.747)
Outros	(1.547)	(1.220)	(1.547)	(1.220)
	<u>(346.758)</u>	<u>(345.237)</u>	<u>(358.487)</u>	<u>(353.072)</u>

24 Despesas e receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Com pessoal	(26.405)	(26.383)	(28.173)	(26.855)
Serviços com terceiros	(7.720)	(7.236)	(7.720)	(7.236)
Alugueis e condomínios	(6.921)	(7.205)	(6.921)	(7.205)
Depreciação e amortização	(5.300)	(5.696)	(5.309)	(5.724)
Comunicações	(2.051)	(2.985)	(2.051)	(3.006)
Energia elétrica	(1.237)	(838)	(1.237)	(838)
Reversão de valores a faturar	-	(9.220)	-	(9.220)
Outras despesas administrativas	(2.716)	(4.441)	(4.479)	(6.342)
Despesas administrativas	(52.350)	(64.004)	(55.890)	(66.426)
Impostos e taxas	(1.145)	(253)	(1.199)	(268)
Contribuições sindicais/associação classe	(307)	(261)	(307)	(261)
IPTU	(177)	(185)	(177)	(185)
Despesas tributárias	(1.629)	(699)	(1.683)	(714)
Resultado na venda de imobilizado	(45)	-	(45)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	143	(870)	143	(870)
Outras receitas (despesas) operacionais	98	(870)	98	(870)
Total	(53.881)	(65.573)	(57.475)	(68.010)

25 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receita sobre aplicações financeiras	1.596	609	1.596	609
Juros e atualização monetária	332	70	332	70
Outras receitas financeiras	881	643	881	643
Receitas financeiras	2.809	1.322	2.809	1.322
Juros	(3.832)	(3.209)	(3.836)	(3.224)
Variação cambial	(4)	(49)	(4)	(49)
Despesas bancárias	(556)	(440)	(567)	(440)
IOF	(84)	(264)	(84)	(264)
Outras despesas financeiras	(64)	(212)	(64)	(212)
Despesas financeiras	(4.540)	(4.174)	(4.555)	(4.189)
Resultado financeiro	(1.731)	(2.852)	(1.746)	(2.867)

26 Instrumentos financeiros

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros que são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e, portanto, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas. As operações do Grupo estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

(a) Risco de crédito

O Grupo está sujeita à perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, o Grupo adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto e gerenciamento ativo da inadimplência. A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

No que tange às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, avaliadas por agências de rating, utilizando-se exclusivamente de instrumentos financeiros e fundos de investimento classificados como de baixo risco.

(b) Risco de liquidez

O Grupo monitora continuamente a projeção de fluxo de caixa, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, as cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

(c) Risco de mercado

A Companhia está exposta ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“CDI”) e de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) para suas operações de aplicações financeiras e empréstimos (veja Notas explicativas nºs 10 e 14) e, dessa forma, seu resultado financeiro pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desses indexadores financeiros.

(d) Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta às oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao peso Chileno, para as operações de compra de software, valores a receber e investimentos em controladas no exterior; afim de mitigar esses riscos a Companhia avalia permanentemente as oscilações das taxas de câmbio.

A Companhia entende que a exposição a este risco é baixa considerando que os valores envolvidos não são relevantes.

(e) **Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seus custos. Condizente com as melhores práticas do setor, a Companhia monitora o retorno sobre o capital investido.

(f) **Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2015, os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP, para empréstimo junto ao BNDES e CDI para aplicações financeiras e o empréstimo contratado junto ao Banco Itaú.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e empréstimos, foram definidos 3 cenários diferentes; com base em projeções divulgadas pelo departamento de pesquisas e estudo econômicos (“DEPEC”) do Bradesco, foi obtida a projeção do CDI e TJPL para os próximos 12 meses e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita e despesa financeira bruta” não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2015, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI e TJPL em cada cenário.

Controladora e Consolidado							
Fator de risco		Valores expostos em 31/12/2015	(50%)	(25%)	Cenário provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	13.200	1.177	1.412	1.765	2.206	2.647
Empréstimos	CDI	5.303	(473)	(567)	(709)	(886)	(1.064)
Impacto líquido	CDI	-	704	845	1.056	1.320	1.584
Empréstimos	TJLP	6.600	(330)	(396)	(495)	(619)	(743)
Impacto líquido	TJLP	-	(330)	(396)	(495)	(619)	(743)
Taxas consideradas	CDI	-	8,91%	10,70%	13,37%	16,71%	20,06%
Taxas consideradas	TJLP	-	5,00%	6,00%	7,50%	9,38%	11,25%

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

(g) **Estimativa do valor justo**

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo por nível.

A tabela abaixo apresenta o ativo da Companhia mensurado pelo valor justo em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Nível 2				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras de curto prazo	13.200	21.378	13.200	24.268
	<u>13.200</u>	<u>21.378</u>	<u>13.200</u>	<u>24.268</u>

27 Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação são calculados mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria, se aplicável.

A tabela a seguir demonstra o cálculo do resultado por ação básico e diluído em conjunto, já que não há potenciais ações dilutivas que possam impactar o cálculo do resultado por ação diluído.

	Controladora	
	2015	2014
Básico e diluído		
Lucro atribuível aos acionistas da controladora	6.366	897
Lucro básico e diluído por ação:		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	6.366	690
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	-	207
Total	<u>6.366</u>	<u>897</u>
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares de ações)	129.997	100.000
Média ponderada das ações preferencias (em milhares de ações)	-	29.974
Total	<u>129.997</u>	<u>129.974</u>
Lucro básico e diluído por ação		
Ações ordinárias (R\$)	0,0490	0,0069
Ações preferenciais (R\$)	-	0,0069

28 Informação por segmento

As atividades da Companhia estão concentradas substancialmente (superior a 89%) no segmento “Desenvolvimento de Aplicações e Integrações” (vide Nota explicativa nº 1). Os ativos e passivos da Companhia não são gerenciados de maneira independente pois são utilizados substancialmente para o este segmento.

Os relatórios são revistos periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração para avaliação de desempenho e tomada de decisão de forma integrada sobre alocação de recursos e/ou investimentos.

Informações geográficas e informações sobre principais clientes

Aproximadamente 96% das vendas foram realizadas no território brasileiro. A Companhia tem grande parte de sua receita proveniente dos setores financeiro, seguradoras e processadores de cartões que, no Brasil, são relativamente concentrados em um número reduzido de clientes. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, 55,4% da receita estão concentradas em instituições financeiras, sendo que um único cliente responde por 21,8% desta receita.

	Desenvolvimento de Aplicações e Integrações		Outros Segmentos		Backoffice		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Receita líquida de vendas e serviços prestados	380.694	389.838	45.669	35.992	-	-	426.363	425.830
Custos das vendas e dos serviços prestados	<u>(319.096)</u>	<u>(321.041)</u>	<u>(39.391)</u>	<u>(32.031)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(358.487)</u>	<u>(353.072)</u>
Lucro bruto	61.598	68.797	6.278	3.961	-	-	67.876	72.758
(Despesas)/receitas operacionais	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(57.475)</u>	<u>(68.010)</u>	<u>(57.475)</u>	<u>(68.010)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	61.598	68.797	6.278	3.961	(57.475)	(68.010)	10.401	4.748
Resultado financeiro	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.746)</u>	<u>(2.867)</u>	<u>(1.746)</u>	<u>(2.867)</u>
Resultado antes dos impostos	61.598	68.797	6.278	3.961	(59.221)	(70.877)	8.655	1.881
Imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.180)</u>	<u>(951)</u>	<u>(2.180)</u>	<u>(951)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u><u>61.598</u></u>	<u><u>68.797</u></u>	<u><u>6.278</u></u>	<u><u>3.961</u></u>	<u><u>(61.401)</u></u>	<u><u>(71.828)</u></u>	<u><u>6.475</u></u>	<u><u>930</u></u>

29 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por:

- Seguro de responsabilidade civil, com cobertura no valor de R\$ 2.500 - cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Companhia, bem como seus funcionários, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais pessoais ou morais decorrentes dos serviços prestados em locais de terceiros.
- Seguro de responsabilidade civil, com cobertura no valor de R\$ 10.000 - cobertura de responsabilidade civil de administradores, reclamação por práticas trabalhistas indevidas, responsabilidade estatutária, aquisição e constituição de nova subsidiária, segurado em empresas afiliadas, custos de defesa. Os segurados são as pessoas físicas eleitas como administradores, diretores, membros do conselho da administração ou de qualquer outro órgão regulador competente.
- Seguro de responsabilidade civil, com cobertura no valor de R\$ 19.815 - cobertura de responsabilidade civil, incêndio, danos elétricos e riscos comerciais relativos aos escritórios da Companhia.

30 Eventos subsequentes

Em 27 de janeiro de 2016, a Companhia recebeu o montante de R\$ 5.637 referente à primeira parcela do empréstimo obtido junto ao BNDES, no âmbito do Programa Prosoft.

* * *

BRQ Soluções em Informática S.A.

Benjamin Ribeiro Quadros
Presidente

Mônica de Araujo Pereira
Diretora Financeira

João Carlos Rangel Araújo
Contador CRC/RJ 088.085/O-5